

LINGUAGEM INCLUSIVA, NEUTRA E NÃO-BINÁRIA E SUAS IMPLICATURAS EM CONTEXTOS DE ENSINO

Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti (ProfEPT/Ifal)¹
João Pedro Fradique de Lima Gustavo (CNPq/Ifal)²
Matheus Moreira de Gonzaga (Ifal)³

RESUMO

Este trabalho decorre de uma experiência, e seus desdobramentos, em função da realização do minicurso "Linguagem inclusiva, neutra e não-binária e suas implicaturas em contextos de ensino", apresentado no VIII Colóquio em Letras e Linguística, do Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Maceió. O objetivo é problematizar aspectos ligados aos processos discursivos ligados ao título do minicurso ofertado, na consideração das categorias da Polêmica (Amossy, 2017) e daquelas advindas da análise retórico-argumentativa (Cavalcanti, 2016), ambas com motes ligados à Linguística Aplicada Queer/Cu-ir (Moita Lopes, 2022). A metodologia é de base qualitativa, tendo a análise documental, neste trabalho como o método central. Por meio de textos artigos de opinião utilizados no momento do minicurso, possibilitam-se reflexões a respeito das políticas linguísticas existentes e as suas implicações em contextos de debate a respeito dessas manifestações linguísticas, presentes entre membros/as pertencentes a grupos dissidentes. A proposta revelou-se inovadora no âmbito do Ifal *Campus* Maceió por possibilitar a abertura de um debate que, há muito, fora/é silenciado nas instituições de ensino, neste caso, em uma pertencente à Rede Federal de Ensino.

Palavras-chave: Linguagem Neutra. Linguagem Inclusiva. Linguagem Não-binária. ensino de Língua Portuguesa

ABSTRACT

This work arises from an experience, and its consequences, due to the completion of the mini-course "Inclusive, neutral and non-binary language and its implications in teaching contexts", presented at the VIII Colloquium in Letters and Linguistics, at the Federal Institute of Alagoas, *Campus* Maceió. The objective is to problematize aspects linked to the discursive processes linked to the title of the short course offered, considering the categories of Polemics (Amossy, 2017) and those arising from rhetorical-argumentative analysis (Cavalcanti, 2016), both with themes linked to Applied Linguistics Queer/ Cu-ir (Moita Lopes, 2022). The

¹- Doutor e pós-doutor em Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada e Formação de Professores/as. Professor do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), *Campus* Maceió. Docente Permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal). Líder do Digeneri (CNPq/Ifal) e Coordenador do Nuggedis *Campus* Maceió/Ifal. E-mail: ricardo.cavalcanti@ifal.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6990-6669>

²- Graduando do Curso de Licenciatura em Letras-Português, modalidade presencial, do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), *Campus* Maceió. Bolsista Titular do Pibic PRPPI/Ifal (2023-2024), com bolsa financiada pelo CNPq/Ifal, sob orientação do Prof. Dr.Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti. Membro Integrante do Digeneri (CNPq/Ifal) e membro efetivo do Nuggedis *Campus* Maceió/Ifal. E-mail: jpfl2@aluno.ifal.edu Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-5392-2238>

³- Graduando do Curso de Licenciatura em Letras-Português, modalidade presencial, do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), *Campus* Maceió. Bolsista Voluntário do Pibic PRPPI/Ifal (2023-2024), sob orientação do Prof. Dr.Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti. Membro integrante do Digeneri (CNPq/Ifal) e membro efetivo do Nuggedis *Campus* Maceió/Ifal. E-mail: gmmg1@aluno.ifal.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7660-9277>

methodology is qualitative based, with documentary analysis in this work as the central method. Through opinion articles used during the mini-course, reflections are made possible regarding existing linguistic politics and their implications in contexts of debate regarding these linguistic manifestations, present among members belonging to dissident groups. The proposal proved to be innovative within the scope of Ifal *Campus* Maceió as it enabled the opening of a debate that had long been silenced in educational institutions, in this case, in one belonging to the Federal Education Network.

Keywords: Neutral Language. Inclusive Language. Non-binary Language. Portuguese Language Teaching

Introdução

As discussões a respeito destas formas de linguagem: inclusiva, neutra e/ou não-binária têm ganhado, cada vez mais, proporções no âmbito social, principalmente em razão de fatores político-ideológicos, que tensionam essa pauta e fazem com que os debates se assumam de forma polêmica.

Nesse sentido, este trabalho resulta de uma ação empreendida no formato de minicurso, realizado no dia 15 de dezembro de 2023, entre as 15h30 e 17h, na modalidade virtual, pelo *Google Meet*, integrando uma das atividades dispostas na programação oficial do VIII Colóquio de Letras e Linguística, doravante Collin, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal), no *Campus* Maceió.

A ação foi desenvolvida por estudantes do Curso de Licenciatura em Letras-Português, bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq), e teve como propósito a apresentação de considerações acerca dos usos desse tipo de linguagem, tomando como base teórico-conceitual as reflexões promovidas por autores/as acessados/as durante as leituras advindas de reuniões de estudo, por meio de articulação do DIGENERI – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Corpo, Diversidade, Gênero e Inclusão (CNPq/Ifal), cujo orientador deste trabalho é líder desse Grupo de Estudos e Pesquisas no âmbito do Ifal. Ademais, foram utilizados para proceder a análises textos veiculados no canal Folha de São Paulo, tendo em vista a sua considerável circulação no cenário brasileiro.

O debate em torno da temática possibilita a expansão de visões sobre os usos que comportam esse tipo de linguagem e, para além disso, a reflexão pautada em uma perspectiva interacionista de língua(gem), de modo que se compreenda essa relação tendo em conta as mudanças estabelecidas entre sujeitos sociohistoricamente situados (Antunes, 2014; Bakhtin, 1981[1979]).

Dessa forma, é importante destacar também que, na condição de membros do DIGENERI, os autores deste artigo têm acessado discussões sobre a temática em foco em

diversas frentes, a partir de óticas relativas às Ciências da Linguagem, à Sociologia, além de também se centrar em estudos sobre Currículo que, em grande parte, visam a compreender, com maior afinco, as reais dimensões políticas, sociais, culturais e ideológicas que compõem a miríade de apontamentos a respeito desses tipos de linguagem trazidas à baila, especialmente, em contextos de ensino

Tal feito tem se dado porque a sociedade tem adotado, necessariamente, uma postura reparadora quanto às pautas e narrativas sobre Gênero e Diversidade, provocadas, em grande monta, por polêmicas que se instalam e se propagam em diferentes espaços, sobretudo, em redes sociais e que têm possibilitado um desvirtuamento das informações, com propósitos específicos, especialmente ligados a matrizes fundamentalistas, que visam à exclusão dessa pauta em contextos amplos, em específico, no ambiente escolar, ao se trazer a deturpação discursiva a respeito da "ideologia de gênero". As reflexões aqui dispostas estão inseridas no campo da Linguística Aplicada Queer/Cu-ir(LAQ), que tem como fito específico o questionamento dos processos pelos quais os sujeitos se constituem e como os fenômenos ocorrem em diferentes contextos sociais.

Nesse tocante, os apontamentos feitos neste estudo propõem-se a mobilizar concepções em torno das linguagens neutra, não-binária e inclusiva e os seus desdobramentos, que são de suma relevância para promoção de práticas, mais inclusivas e reparadoras, em contextos de ensino diversificados, de modo a conceber a língua passível de modificações em vista de grupos sociais minorizados, tomando como ponto de partida as ideias apresentadas por Moita Lopes (2022) na disposição de ideias pautada na LAQ.

Noções de gênero e performatividade

Os debates acerca das temáticas Gênero e Diversidade são permeados por discursos, em grande medida, que se constroem socialmente em diferentes contextos, conforme já sinalizamos. Fatores morais, religiosos, culturais, políticos e ideológicos são imprescindíveis no desenvolvimento de qualquer ideia a respeito do tema, pois são elementos inerentes à constituição subjetiva responsiva.

No entanto, é importante que apontemos conceitos atinentes a estudos de gênero, que irão direcionar as reflexões a serem propostas no curso deste trabalho. Um deles é a ideia de Gênero, que há muito tem sido campo de teorizações promovidas por diferentes vertentes críticas e filosóficas.

Entendamos, com isso, que o gênero é um elemento inerente à condição humana e que é produto de um processo de construção social contínua, recebendo interferências de fatores históricos, culturais e discursivos. No âmbito das relações sociais, entende-se que ele é uma categoria que é tido como em constante processo de monitoramento, que tende a se direcionar por um elenco de parâmetros que regem as performatividades dos sujeitos (Butler, 1990 [2003]). Concernente a isso, as normas de gênero são compreendidas por essa autora como uma tecnologia, que tendem a se instituir sob a ótica do controle dos corpos e da manutenção de uma perspectiva binária de gênero.

Esses parâmetros, por sua vez, são responsáveis por delimitar as fronteiras da binariedade existente entre masculino x feminino. A partir disso, valores são negociados para o estabelecimento de normas ditas “adequadas” a cada gênero, assumindo-se vertentes de componentes estéticos, linguísticos, comportamentais, econômicos, profissionais, emotivos e políticos.

Ocorre que essas normas performativas obedecem a uma matriz de hegemonia branca, heteronormativa, cis, cristã, europeia e masculina, que institucionaliza/ impõe um padrão a ser assumido por homens e mulheres para que possam, dessa forma, se enquadrar nas categorias socialmente tidas como legítimas (Butler, 1990[2003]; Bento, 2011; 2017).

Outro conceito para o qual devemos nos atentar é o de “Performatividade”, que passa a ser uma “estrutura altamente rígida” (Borba, 2020, p. 399), por meio da qual se presume a imposição de limites aos contornos performáticos de sujeitos mediante um sistema de regulações. É nesse contexto em que se negociam as normas performativas dos gêneros, por exemplo.

Nessa perspectiva, os espaços limítrofes entre o masculino e o feminino são monitorados constantemente em nível social, bem como são impostos, desde muito cedo, em formato quase que pedagógico, ensinando crianças a como falar e se portar em espaços acessados, que roupas usar, quais áreas de conhecimento devem ser estudadas e, por extensão, que profissões devem exercer. Isso, a partir do que apontamos, se caracteriza como uma tecnologia, uma vez que se filia às normas de gênero numa perspectiva binária e, acrescentamos, de caráter restritivo e, portanto, excludente. A performatividade está atrelada ao padrão pré-estabelecido entre/para os sujeitos sociais. Por isso, compreendem-se as formas ditas “adequadas” para cada gênero se portar socialmente e, por extensão, para as identidades e orientações sexuais dos sujeitos.

No entanto, esses corpos que rompem com esse paradigma, lidos como dissidentes, desviantes, tensionam os padrões performativos, uma vez que não seguem/ se adequam às normas que regulam a sua cultura e subvertem aquilo que a sociedade lhes impõe. Em razão disso, são vitimados por ações que visam a corrigir e a punir todo e qualquer sujeito que se propuser a desobedecer às regras ditas “naturais” (Foucault, 1975[1999]). Embora velado, em grande monta, esse processo de sanção e punitivismo, que age na reiteração constante dos parâmetros performativos, é um “trabalho pedagógico contínuo, repetitivo e interminável” que pretende, precipuamente, “inscrever nos corpos o gênero e a sexualidade ‘legítimos’” (Louro, 2004, p.16).

Cabe destacar que a ideia de gênero e de sexualidade “legítima” está socialmente atrelada a fatores biologizantes, em uma relação de causa e consequência em que o homem, a partir do seu falo, deve relacionar-se com mulheres, sempre em uma posição vertical e superior, assumindo uma postura de controle e aversa a qualquer tipo de demonstração de sentimentalidade. A mulher, por sua vez, deve ter vagina e, conseqüentemente, manter relações sexuais e afetivas com homens, nesta perspectiva, cisgêneros. Por conseguinte, impõe-se que esta deva performar uma conduta de delicadeza, submissão e inferior ao homem. Ou seja, nessa relação arbitrária, impõem-se as normas de gênero como uma tecnologia de controle de corpos de modo que, historicamente, há uma supremacia ligada ao homem perante a mulher.

Esse elenco de ações performadas por sujeitos em diferentes contextos nomeia-se como Performances. A terminologia é utilizada para, no contexto dos estudos linguísticos e sociais, traduzir a ideia de “estilização repetida do corpo, conjunto de atos repetidos” (Borba, 2020, p. 399). Ela figura como a reunião de práticas, que são reiteradas pelos sujeitos em seus atos discursivos. Nesse contexto, os recursos linguísticos e semióticos adotados por sujeitos são evidenciados e manifestam sua identidade no mundo. Enquanto isso, no campo das performatividades dos sujeitos, os mecanismos a que acessa relacionam-se para que o corpo se perceba e marque a sua existência no mundo.

Ainda a esse respeito, é possível romper com as normatizações e valores socialmente impostos. Como consequência, esse processo de ruptura também culmina em outros procedimentos que ocorrem de forma coercitiva nas relações sociais. Noutros termos, um homem, que realiza performances socialmente consideradas, numa visão binária, como não adequadas às normas de masculinidade, será alvo de uma constante necessidade de reafirmar a sua sexualidade, a sua força, as suas habilidades e os seus sentimentos.

Por serem maleáveis, as performances são produzidas constantemente pelos sujeitos, em diferentes contextos e sofrem tensionamentos em diversas frentes: cultural, moral, religiosa, política, entre outras. Embora para a própria Butler (1990 [2003]) as noções de performance, como consumação, e a performatividade como sustentada a partir da retroalimentação discursiva e, portanto, dando margem pontos de clivagem, em ambos os casos, pelos seus intercambiamentos. Nessa corrente pós-estruturalista, compreende-se a identidade do sujeito como um processo contínuo por que estes passam e, portanto, está em constante mudança.

Cabe destacar, nesse mesmo panorama, que, para estudiosos/as pós-estruturalistas, que têm se debruçado sobre tais noções, especialmente no que tange à performance e à performatividade, a exemplo de Gusmão (2022), elas podem se apresentar imbricadas por não visarem a cindir uma conceituação pré-estabelecida quanto às suas fronteiras e aos seus deslocamentos.

Estudos de língua(gem) Queer/Cu-ir

A Linguística é a ciência que investiga e discute as imbricações que permeiam as relações estabelecidas por meio da língua(gem). Nesse sentido, é importante reconhecer o caráter performativo que esta assume no âmbito social, afinal, é por meio dela que as identidades são construídas, desconstruídas e reconstruídas constantemente; bem como analisar os discursos, que são legitimados, e as performances naturalizadas em instâncias discursivas diversas são tanto pontos que merecem atenção ao se propor a estabelecer um debruçamento sobre estudos que levam em conta a língua em uso e, em nosso caso, por reivindicações de grupos sociais dissidentes, formados por membros/as da Comunidade LGBTQIAPN+.

A concepção de Linguística Queer/Cu-ir utilizada como ponto de apoio para tais discussões sobre gênero, sexualidade e linguagem neutra neste artigo filia-se ao corolário de Moita Lopes (2022). Por meio de seus estudos, inseridos na Linguística Aplicada, investigam-se as nuances nas quais a vida social ocorre e onde os valores hegemônicos de gênero, sexualidade e língua incidem sobre os corpos e as subjetividades dos sujeitos.

Esse mesmo autor (2022) debate a necessidade de compreensão dos sujeitos para além de uma categoria única de análise e, nessa perspectiva, chama atenção para a importância de se rejeitar quaisquer formas de normalização/biologização/essencialização do sujeito, visto

que sua performance é interseccionalizada por outras estilizações que também são marcadas pelos poderes e discursos pautados em ideologias hegemônicas. É também, nesse mesmo tocante, que as contribuições de Butler (1990 [2003]) e sua teoria performativa, bem como de outros/as estudiosos/as pós-estruturalistas e de inclinação aos estudos foucaultianos, têm direcionado à concepção e posturas anti-binaristas, às quais nos filiamos em nossos escritos e, de igual modo, neste trabalho.

A Linguística Aplicada Queer/Cu-ir, nessa perspectiva, assume um lugar de rompimento com esses aspectos “essencializantes” dos sujeitos em suas identidades, indo de encontro a tudo que é posto como “normal, o legítimo, o dominante” (Halperin *apud* Borba, 2020, p.389). Com base nas problematizações de autores/as filiados/as a essas discussões que propomos análises a tal respeito a partir de estudos e trabalhos que vimos a desenvolver em contextos acadêmicos.⁴

Negatividade queer e a normatização dos corpos e suas performances

Existe uma realidade para a qual alguns/mas estudiosos/as já têm apontado como uma espécie de “denúncia”. Ocorre que, a partir da construção de normas e valores hegemônicos, a comunidade LGBTQIAPN+ é permeada por um processo de “inclusão social” e sua existência passa a não somente ser tolerada, mas ovacionada, em certa medida. No entanto, esse falso respeito às causas reclamadas por nosso público tem sido alvo de investigações por parte de diversos/as autores/as, a exemplo de Moita Lopes (2022).

A nomeada Negatividade Queer é tida como uma vertente crítica que reconhece que tais movimentos acontecem por atendimento a uma demanda neoliberal, isto é, que reconhece o poder econômico dos sujeitos da comunidade e que, para fortalecer-se ainda mais legitima performances e provoca o sentimento de “aliança”. O equívoco reside que essa legitimação se dá por meio de uma normatização dos corpos. Noutros termos, de uma delimitação performativa, a fim de que os sujeitos se adequem a uma hegemonia coercitiva e que sigam parâmetros socialmente impostos. Sob essa ótica, ao romperem esses padrões, são submetidos a ações de marginalização, exclusão, invisibilização.

⁴ No curso de escrita deste artigo, temos empreendido ações voltadas ao desenvolvimento da pesquisa “Performatividades LGBTQIA +: narrativas autobiográficas e percepções sobre o mundo do trabalho”, financiada pelo CNPq/Ifal, selecionada a partir de edital da PRPPI/Ifal, com duração entre setembro de 2023 e agosto de 2024.

A problematização trazida por esse debate propõe-se a reiterar o principal fundamento que embasa a teoria da Linguística Queer/Cu-ir: **o rompimento com as normatizações/essencializações dos corpos** (Moita Lopes, 2022), inclusive, por meio de seus discursos (grifos nossos).

Sexoletos: Implicaturas quanto ao uso

Arelado à teoria de que a língua(gem) figura como manifestação de uma identidade, sexoletos traduzem a ideia de que homens e mulheres possuem práticas languageiras diferentes entre si e características de sua natureza, levando-lhes a uma visão limitada e, portanto, sexista. A partir de tal acepção, os recursos linguísticos utilizados pelos sujeitos seriam determinados, em uma relação de causa e consequência, por fatores biológicos, logo, como vimos a tratar, numa visão essencialista de gênero, com a qual não nos afinamos.

Essa discussão traz à baila que apenas os sujeitos que atendem a essa matriz normativa são reconhecidos hegemonicamente e, conseqüentemente, aqueles que contestam esses limites resta a condição de desviantes (Lakoff *apud* Borba, 2020, p. 396-397). Vale destacar que essa matriz normativa é a mesma que estabelece os parâmetros performativos para cada gênero e que, portanto, os sexoletos são estruturas impostas ao sujeito, desconsiderando suas subjetividades. É nessa perspectiva que emergem as ditas “formas de falar” de cada gênero e que, de modo inquestionável, homens possuem uma forma de falar, que é inerente à sua natureza humana, assim como as mulheres fazem-no, todavia, numa relação antagônica. O contraponto, nesse debate, é que falantes rompem com esse paradigma: “homens que falam como mulher” e “mulheres que falam como homens” (Borba, 2020), ou seja, desestabilizam as normas de gênero impostas socialmente e reivindicam, por meio de suas performances, a legitimação de “outros” modos de ser, de existir.

Com efeito, entende-se que o homem deva ter um sexoletto baseado em uma entonação mais encorpada, isto é, uma voz “grossa”, com um vocabulário selecionado e que, em alguma medida, reforçam a postura viril e dominadora de sua masculinidade. A mulher, no entanto, deve apresentar-se oposta a isso, ou seja, deve possuir uma voz doce, marcada pelo timbre de baixo volume e com um usufruto de palavras que reflita a sua delicadeza, inocência e submissão. Paralelamente, os sujeitos que não seguem tais parâmetros são alvos de constante

marginalização e ataque por parte de grupos hegemônicos, cisheteronormativos e LGBTfóbicos.

Mulheres, por exemplo, têm sua dignidade afetada e a sua identidade estereotipada. Falar sobre sexo e sexualidade não é uma pauta que lhes é “permitida” nesses moldes e, portanto, as que debatem sobre tais temas recebem diversos predicativos socialmente depreciativos. Tal feito não ocorre diferentemente com os homens que, de forma alguma, podem ter uma voz minimamente delicada. Nesses casos, sua sexualidade é questionada frequentemente e isso pode, por extensão, acarretar algumas consequências, como o constrangimento em expressar-se em locais públicos, gerando problemas com a sua autoestima e, até mesmo, apresentando dificuldades para se relacionar com outras pessoas.

É com base nesses apontamentos que a teoria dos sexoletos propõe uma reflexão sobre essas categorizações em termos de práticas languageiras e suas relações com os gêneros e identidades que os sujeitos assumem no mundo em que estão inseridos, num ato performativo.

Tipologias de linguagem: inclusiva, neutra e não-binária

As definições utilizadas com o propósito de trazer à tona noções para os/as participantes do minicurso ofertado a respeito do que são esses tipos de linguagem têm como aporte teórico um manual publicado pela Frente Trans Unileira (FTU), no portal da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, e um minicurso ministrado pelo professor Dr. Danillo Silva (Ifal, *Campus Arapiraca*), no II Encontro Nacional de Linguística Aplicada (Enala), momento no qual os 3 autores deste trabalho estiveram presentes, em setembro de 2023, nas dependências da Universidade Federal de Alagoas, *Campus A.C. Simões*, em Maceió/AL.

A primeira definição apresentada foi referente à linguagem inclusiva, que, por sua vez, visa a não demarcação do binarismo de gênero nas palavras. Para isso, as expressões são reformuladas de modo que os adjetivos, pronomes e outras classes de palavra não precisem ser flexionados. O exemplo seguinte ilustra tal abordagem. Em vez de falar “Ela é uma menina bonita”, prefere-se a estrutura “Aquela pessoa é muito bonita.”

Nessa mesma esteira, a linguagem neutra também objetiva a não demarcação do gênero a que se refere o significante linguístico. Entretanto, isso ocorre por meio da utilização de recursos gráficos para neutralizar as desinências de gênero, a saber: “Você é bonitX”, “Você é bonit@” em que X e @ executam esse papel desinencial.

Ainda quanto às tipologias de língua(gem) com as quais nos prontificamos a tratar neste texto, a Linguagem não-binária, por seu turno, propõe formas alternativas de marcação de gênero, sem reproduzir o binarismo masculino/feminino, a saber: “Bom dia a todes!!!” e outras variações do sistema ile/dile, ilu/dilu.

As definições desses três tipos de linguagem serviram como base para apresentar o assunto no minicurso oferecido, que, por ganharem o plano da polêmica pública, especialmente, na ala autodeclarada de conservadora, intenciona refletir sobre as ideologias que atravessam essas práticas discursivas e como tais discursos servem para reafirmar valores e tentam invisibilizar sujeitos que não se inserem nos padrões normativos dessas ideologias, que são machistas, sexistas, LGBTfóbicas, racistas e patriarcalistas, com vistas à manutenção de um *status quo* social, que, por conseguinte, enaltecem um capital simbólico de gênero e desrespeita, explicitamente, a diversidade e a pluralidade de ideias, princípios relativos aos Direitos Humanos.

As categorias Polêmica e *Ethos* como *modus operandi* de análise

Neste tópico, trataremos de dois conceitos que, junto às contribuições da LAQ, são essenciais à análise dos textos selecionados - dos quais fizemos uso para o momento do minicurso ofertado - a partir das categorias do *Ethos* Discursivo e da Polêmica, discutidas por Amossy (2013; 2017). As discussões sobre a linguagem neutra se configuram como uma polêmica pública tendo em vista que, para além de questões linguísticas e gramaticais, a problemática também é atravessada por uma série de valores, crenças e aspectos culturais, que estão em disputa em esferas de atuação humana, que deveriam ser representativas da dignidade humana de todos/as brasileiros/as, mas prestam-se a incutir preceitos religiosos em desvirtuamento com “o que é melhor para o Estado” e “em respeito à família”.

Essas diferenças ideológicas vão interferir diretamente nas práticas sociais dos sujeitos e/ou em seu modo de perceber a realidade, inviabilizando, assim, a resolução dos conflitos por meio do *logos* (discurso), como proposto pela retórica aristotélica. Esse modelo de interação presente nas polêmicas públicas, cujo objetivo não é a resolução de conflitos, é o que Amossy (2017) caracteriza como *dissenso*.

Ainda na interação com Amossy (2017), podemos caracterizar o *dissenso* como uma forma de coexistência ideológica em nossa sociedade, cada vez mais globalizada e hegemônica, de modo que uma de suas funções seria garantir a pluralidade de valores e

vivências na sociedade. Em meio a esta discussão proposta neste manuscrito, o uso da linguagem não-binária seria uma forma de romper com a cisheteronormatividade por intermédio de um elemento “estranho” para aquilo que é previsto como performance normal dentro do CISTema linguístico, dando visibilidade e demarcando a possibilidade de existência para além dos limites binários de gênero.

Por se tratar, então, de uma polêmica pública, a temática circulou nas mais diversas esferas midiáticas, por meio do gênero artigo de opinião, gênero textual-discursivo ao qual nos deteremos em nossa análise mais à frente, em que é essencial que as informações ali contidas sejam organizadas de maneira a persuadir o leitor e, para tal feito, o orador (articulista) deve então construir um *ethos* (eu discursivo-enunciativo), que transmita a imagem de orador confiável (Amossy, 2013). Princípio este também encontrado na Retórica Clássica, tendo como base Aristóteles e os sofistas.

Esse *ethos* é construído a partir de um jogo especulativo no qual o orador constrói uma imagem de si com o propósito de alcançar aquilo que acredita ser o *ethos* de um orador confiável para seu público (relação *ethos* vs. *pathos*, entremeada pelo *logos* - ele discursivo-enunciativo).

Cabe salientar que as informações prévias que o público possui do orador podem interferir em seu fazer discursivo, possibilitando, assim, que este crie uma ruptura de valores de sua imagem construída por um fazer discursivo, por vezes, dissonante daquilo que se transmitia anteriormente. Essa engrenagem é, nos moldes retóricos clássicos, entendida como a tríade retórico-aristotélica (Cavalcanti, 2016).

Metodologia

Este trabalho, por se prestar a uma análise linguístico-textual-discursiva, tem uma abordagem de natureza qualitativa que se presta à análise de textos – artigos de opinião - com os quais os/as participantes de um minicurso tiveram contato na oferta de uma ação ligada ao plano de trabalho da pesquisa desenvolvida, que os autores deste trabalho estavam responsáveis (ver nota de rodapé 4). A ação diz respeito à oferta de um minicurso, direcionado a estudantes do Curso de Licenciatura em Letras-Português, do *Campus* Maceió do Ifal, em dezembro de 2023, cuja abordagem se voltava ao tratamento dos tipos de linguagem: inclusiva, neutra e não-binária. Os procedimentos adotados para a realização do minicurso podem ser considerados a partir da seguinte sequência: 1) a análise com base

nas categorias da Polêmica e do *Ethos* dos discursos que atravessam os textos utilizados (2 artigos de opinião), extraídos de um canal de considerável circulação nacional, cuja tiragem se dá tanto impressa (em menor quantidade, atualmente) quanto em maior proporção virtualmente; 2) o processo de reflexão e problematização dos artigos de opinião, durante o minicurso ofertado a participantes do VIII Collin – Colóquio de Letras e Linguística, realizado dependências físicas do *Campus* Maceió/Ifal e também por meio de interações virtuais, na segunda quinzena de dezembro de 2023, a partir de aspectos voltados às noções de língua, gênero, performance e performatividade da LAQ; 3) por fim, os dados coletados a partir da aplicação de um questionário semiestruturado aos/às participantes no final desse momento interativo, que se deu, com o tempo aproximado de 2 horas, virtualmente, via *Google Meet*, e com certificação pelo Evento via *Doity*, também em dezembro de 2023.

Para tanto, a escolha pela análise qualitativa se justifica em razão de analisarmos e problematizarmos os discursos que circulam na esfera da mídia sobre a polêmica pública instalada (Amossy, 2017) relacionada ao uso ou não de algum desse tipo de (neo)linguagem. Por meio de uma análise documental (Lüdke; André, 1986), tendo em vista os artefato-linguístico-textuais-discursivos utilizados (artigos de opinião), destacamos trechos para uma identificação de quais discursos atravessam essa polêmica e quais são os argumentos mobilizados não somente para justificar o posicionamento do/a autor/a, mas também de modo a construir um *ethos* discursivo confiável e persuasivo ao/à leitor/a potencial, a considerar o canal no qual são vinculados tais exemplares de texto.

Procedimentos metodológicos utilizados

A escolha dos textos se deu a partir da eleição do canal ao qual estariam vinculados. Por isso, a considerar a sua projeção midiática no contexto brasileiro, voltamo-nos à Folha de São Paulo, entendendo-a como uma plataforma jornalística por meio da qual selecionaríamos artigos relacionados à temática do minicurso, a partir de termos de busca, a saber: linguagem neutra, linguagem inclusiva, linguagem não-binária.

Ainda concernente à escolha, a Folha de São Paulo é um jornal considerado tradicional e, atualmente, é o segundo maior jornal em circulação em âmbito nacional, segundo o Instituto Verificador da Comunicação (IVC), tendo em conta os dados difundidos em dezembro de 2021, de modo que suas produções teriam, assim, um cuidado maior em relação à argumentatividade devido ao *ethos* que lhe é pertinente, na condição de “mídia séria”.

Com base nos *strings* de busca utilizados para essa plataforma em nossos procedimentos de escolha dos textos, com os quais iríamos trabalhar na oferta do minicurso, cabe ressaltar, ainda, que utilizamos um recorte temporal de 5 anos (2019-2023), para que, assim, pudéssemos nos ater a produções de artigos de opinião desse período devido, principalmente, a essas discussões ganharem maior projeção em um governo que se autoproclamava como conversador e alheio às pautas sociais. Ademais, há de se evidenciar que tal mote discursivo também, no que tange, sobretudo, à linguagem neutra, ser relativamente recente, pelo menos nas redes sociais, que contribuíram para a disseminação – e paralelamente o desvirtuamento - de tal polêmica no debate público.

Por meio desses procedimentos de busca, foram observados 18 textos, que diziam respeito, em alguma medida, aos tipos de linguagem, dos quais selecionamos 02 daqueles que, a nosso ver, melhor demonstravam posicionamentos mais explícitos e demarcavam um *ethos* mais afeito à instituição da categoria Polêmica, ademais, um outro critério para a escolha, foi a extensão não muito longa devido à limitação de tempo que dispúnhamos para a condução do minicurso no momento de nossa mediação pedagógica. Ainda assim, há de se salientar que a escolha também se deu em razão de os textos conterem uma argumentação mais consistente quanto ao posicionamento por parte do articulista, elevando-se, independentemente do ponto de vista adotado, argumentos que fundamentassem a sua posição.

Desses dois textos, um deles foi escolhido por se mostrar contrário a essa prática linguageira, que, em grande medida, é utilizada por grupos sociais minorizados, em pautas identitárias progressistas e, por extensão, em governos dessa natureza; e o segundo por se apresentar com certa “neutralidade” em relação à temática⁵. A partir disso, elencamos pontos essenciais para a construção do *ethos* discursivo e outros pontos de problematização em relação ao uso da língua, ou seja, a articulação linguístico-discursiva, e a forma como ela é percebida pelo leitor-analista.

Instrumento de pesquisa: questionário semiestruturado

⁵- Os dois textos escolhidos para uso no momento foram: i) O sexo das palavras, de Lygia Maria, datado em 12/02/2023, e disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/lygia-maria/2023/02/o-sexo-das-palavras.shtml>; ii) O gênero da linguagem, sem autoria, datado em 20/02/2023, e disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/02/o-genero-da-linguagem.shtml>, respectivamente.

Como temos mencionado, este manuscrito foi motivado, em seu processo de escrita, a partir da oferta de um minicurso destinado a estudantes matriculados no Curso de Licenciatura em Letras-Português, do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), *Campus Maceió*, no momento de ocorrência do VIII Colóquio de Letras e Linguística (Collin). Cabe destacar que a oferta de um minicurso, homônimo ao título deste artigo, intuiu trazer conceitos basilares, envoltos à LAQ, além de se dispor a estabelecer uma análise linguístico-textual-discursiva, tendo em conta o gênero artigo de opinião, com base na demarcação do *ethos* do/a articulista de cada exemplar de texto utilizado. Esse momento contou com estudantes matriculados/as no *Campus* mencionado, bem como outros/as cursistas, que, por ser um evento difundido entre outras IES, contou também com um público externo, advindo de outras instituições do estado de Alagoas, tanto públicas quanto privadas. Cabe destacar que o minicurso por nós proposto aconteceu em dois momentos, um presencial e outro via Google Meet, como parte complementar à proposta, além de se prestar a responder a um instrumento de apreciação da ação, via *Google Forms*.

Durante o minicurso, informamos aos/às participantes sobre um questionário de apreciação, pautado em 6 perguntas estruturadas, fazendo-se valer da escala *likert* para a distribuição de 6 pontos; e uma pergunta semiestruturada (discursiva), buscando compreender o nível de satisfação dos/as participantes do minicurso, as suas percepções sobre a temática e sua relevância, principalmente, ao se prestar a colher dados daqueles/as que estão na formação docente inicial, na condição de graduandos/as.

Na maior parte do tempo, existiam cerca de 10 a 12 participantes presentes, num universo de cerca de 200 participantes no Evento, amplamente. Destes/as participantes em nosso minicurso, apenas 6 responderam ao questionário, sendo 66,7% correspondentes ao público interno do Ifal e 33,3% correspondente ao público externo. Cabe ainda ressaltar que 83,3% consideraram as discussões levantadas relevantes para compreender esse tipo de linguagem, bem como terem um contato, ainda que introdutório, com noções da Linguística Aplicada Queer/Cu-ir, na consideração de sua relevância às discussões de língua(gem), além de conceberem-na como uma discussão válida para ressignificar o que sabiam sobre a LAQ. Há de se destacar, nessa direção, que esses/as mesmos/as participantes alegaram ter tido contato anterior com a LA, mas que o enfoque da LAQ lhes era considerado uma “novidade”.

Em outra pergunta, igualmente, 83,3% consideraram o material utilizado relevante e afirmaram que, possivelmente, poderiam aplicá-lo em suas práticas sociais e acadêmicas; no entanto, em outra questão, 16,7% alegaram que o tempo destinado ao minicurso fora

insuficiente para tratar da temática, enquanto que 83,3% avaliaram o tempo como suficiente para o tratamento a que nos propomos, mediante o resumo inicial do minicurso, apresentado em primeira instância pelos bolsistas ministrantes. Tal análise nos permite compreender a lacuna de tratamento da temática e a sua necessidade de ampliação, tanto em momentos/ações, como a que propusemos, quanto em instâncias formais, responsáveis por sua formação inicial na condição de docentes.

Cerca de 50% dos/as participantes se mostraram favoráveis à participação em outros eventos relacionados às temáticas da LAQ e outros 50% se mantiveram em uma posição de possibilidade, mas não de certeza. Na questão discursiva, que não era obrigatória, houve apenas uma resposta, na qual a/o participante considerou relevante as discussões realizadas para refletir sobre o uso da gramática e a forma de compreender a língua(gem) como um “instrumento de interação social” (em seus dizeres). Como base nesses percentuais, ainda que a nossa análise tenha se prestado a colocar os percentuais apenas para fins de distribuição numérica, compreendemos que, além de os/as participantes possuírem um tempo escasso para se envolverem em ações nesse sentido, sobretudo se forem propostas em horários distintos daqueles que regularmente frequentam as aulas, possivelmente, a falta de contato anterior com o tema pode lhes ter sido insuficiente para uma visão mais acurada a respeito da temática em foco.

Destacamos, com isso, a necessidade de que, de forma ampliada, sejam proporcionadas ações pautadas na inter-relação teoria e prática a fim de que esses/as futuros/as docentes possam construir – formarem-se – a partir de uma postura crítico-reflexivo sobre a língua e os seus desdobramentos em várias instâncias discursivas, por sujeitos sociohistoricamente situados e/ou em processos de deslocamentos.

Artigo de opinião: O sexo das palavras

O artigo utilizado para o minicurso foi acessado, inicialmente, no dia 24 de outubro de 2023, e possui autoria declarada de Lygia Maria, que é colunista da Folha de São Paulo; Mestre em Jornalismo pela UFSC e Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Essa articulista possui diversos artigos publicados com periodicidade neste canal de considerável circulação nacional. Tal informação sobre a autora mostra-se relevante a fim de compreender como ela constrói sua imagem de oradora confiável, seu *ethos*, para se colocar em um posicionamento contrário ao uso da linguagem não-binária.

Lygia inicia seu texto dialogando sobre o Superior Tribunal Federal (STF) ter considerado inconstitucional mais um dos Projetos de Lei (PL), que buscava proibir o uso de uma neolinguagem no Brasil. A autora, em seguida, faz uma breve explanação sobre o uso da linguagem não-binária e, a partir disso, demarca a sua argumentação contrária ao uso, como exemplificado no fragmento a seguir, disposto no Quadro 1.

Quadro 1- Fragmento 1: Justificativa do artigo O sexo das palavras.

A linguagem neutra visa adaptar o português para incluir pessoas não binárias –que não se identificam como mulheres ou homens e que, segundo a Nature, constituem apenas 1,2% da população no Brasil e 2% no mundo. Adjetivos como "bonito" e "bonita" viram "bonite" ou "bonitx", e, além de "ele" e "ela", acrescenta-se o "elu".

Fonte: Folha de São Paulo, 12 de fevereiro de 2023.

Nesse primeiro fragmento, Lydia intenta reafirmar o seu *ethos* culto, previamente exposto logo após onde se encontra a autoria do texto, utilizando de uma revista de periódicos acadêmicos de grande circulação e, por extensão, popularidade, que é a revista inglesa *Nature*. É válido destacar que o movimento feito pela articulista para defender o seu ponto de vista se embasa em dados (1,2%), pautados na população assumidamente não-binária, no contexto brasileiro. Tal argumento, baseado em dados, visa a minimizar, do ponto de vista retórico-argumentativo, a relevância do debate, utilizando-se de um *logos* enunciativo que intenciona trazer a categoria da Polêmica, nos dizeres de Amossy (2017), para um local de arrefecimento.

Seguidamente, no Quadro 2, dispomos de mais uma parte do argumento utilizado pela articulista, de modo que, a fim de amenizar a polêmica instaurada pelo debate, apresenta o movimento LGBTQIA+ como reivindicador de reparação em vista das opressões sociais, mas, ao mesmo tempo, na condição de mulher, mostra-se em seu *ethos* contemplativa ao uso do masculino genérico.

Quadro 2- Fragmento 2: Justificativa do artigo O sexo das palavras.

Essademandanda do movimento LGBTQIA+considera a língua como manifestação simbólica de opressões sociais. A língua segrega e ofende. Mas tal visão apriorística desconsidera os contextos de interação na produção de sentido. A mera expressão "Bom dia a todos" não me agride como mulher, já que o masculino no português é genérico.

Fonte: Folha de São Paulo, 12 de fevereiro de 2023.

Com efeito, a articulista inicia a justificativa do posicionamento que tomará a seguir utilizando de argumento muito presente em discussões relacionadas à linguagem neutra, que é a afirmação de que a estrutura da Língua Portuguesa já possui uma desinência de gênero que tem tal função de neutralidade. Função essa que, diacronicamente, fundiu-se ao masculino genérico quando o Português foi então derivando e se afastando do Latim, construindo, assim, a sua própria identidade na condição língua românica e/ou neolatina.

Utiliza-se, ainda, da defesa de o contexto interacional se fazer valer do masculino genérico é mais do que suficiente para sobrepor os diversos discursos presentes nas práticas linguísticas pelas quais são construídas relações de poder, já que, ao ser incluída em um “Bom dia a todos”, essa enunciadora demarca-se como “não se sentir agredida como mulher”, mesmo a levar em conta o seu apagamento por meio desse dispositivo na língua – que é o masculino genérico – que objetiva, em grande medida, continuar a inviabilizar grupos produtores de várias frentes e, neste caso em tela, o das mulheres.

Por meio dessa afirmação, ela simplifica todo um contexto sociohistórico de apagamento e de violência direcionados a aqueles sujeitos que não se encontram dentro do ideário cisheteronormativo e das relações de alteridade e de subserviência direcionadas às mulheres. Essa simplificação, por sua vez, tem o objetivo persuadir o/a leitor/a, por meio de um elo em uma cadeia de enunciados, já que, ao aceitar essa afirmação simplista, ele/ela estaria mais suscetível a aceitar as próximas demarcações ligadas a tal ideário.

A autora, então, prossegue sua justificativa no parágrafo seguinte do artigo de opinião com outro argumento comum em discussões dessa temática, afirmando que a língua é um processo de construção cultural e que possui marcas históricas que não giram em torno de indivíduos. Com isso, segundo ela, não se deveria forçar esse processo de mudança evocando a ideia de que a língua “é viva” e muda ao longo do tempo. A autora, ainda, no quinto parágrafo, afirma que tal mudança brusca poderia ainda vir a gerar mais preconceito com a comunidade pela atribuição de homofobia aqueles/as que não se adequassem, em um primeiro momento, e/ou se confundisse quanto ao pronome requerido ao se referir a alguém que não sabe com qual gênero se identifica.

No sexto e penúltimo parágrafo do artigo em tela, a autora retoma e reforça seu *ethos* de articulista culta e traz à baila o fato de tal mudança não ser unânime entre especialistas e que essa neutralidade marcada não é comum nas línguas neolatinas e, ainda, que tal alteração causaria uma reformulação de toda cadeia terminológica da Língua Portuguesa. A articulista finaliza, então, seu artigo com o trecho a seguir, disposto no Quadro 3.

Quadro 3- Fragmento 3: Justificativa do artigo O sexo das palavras.

Mais do que resolver problemas sociais, o objetivo de uma língua é facilitar o fluxo cognitivo e comunicativo. Num país em que cerca de 70% dos jovens não sabem interpretar textos, a demanda pela linguagem neutra soa um tanto elitista. Talvez investir no ensino da língua portuguesa, que permite acesso ao conhecimento, seja uma medida mais eficaz e abrangente contra preconceitos.

Fonte: Folha de São Paulo, 12 de fevereiro de 2023.

A justificativa pautada que a inclusão da linguagem neutra poderia contribuir negativamente para a comunicação e as práticas linguísticas de grupos socialmente oprimidos, levando-os a mais uma forma de exclusão, é aqui escalonada por intermédio da fragilidade do projeto educacional brasileiro, que afeta, nessa visão reducionista, negativamente os processos de ensino-aprendizagem de grande parte da população brasileira.

Portanto, adicionar um outro elemento em um país com sérias dificuldades referentes ao ensino de língua(gem), nesse ponto de vista apresentado, seria mais uma situação-problema que contribuiria para o afastamento de estudantes do processo reflexivo sobre a suas práticas linguísticas.

A autora finaliza o seu artigo de opinião com a justificativa de que um maior investimento no ensino de Língua Portuguesa seria uma medida mais efetiva para diminuir os preconceitos em nossa sociedade. No entanto, há de se salientar que o simples ato de investir não se faz suficiente se o ensino for permeado por um discurso cisheteronormativo que contribui para a marginalização dos corpos que vivem para além da margem performativa imposta.

Alinhados ao pensamento de Louro (2004), é mister refletir sobre a prática de ensino de modo a “estranhar o currículo”, a partir da promoção da criticidade pautada em práticas linguísticas que tensionem esses discursos e essas performances considerados aceitáveis e que são repassados, reformulados e regulamentados pela língua e pelo seu uso.

Artigo de opinião: O gênero da linguagem

O segundo texto utilizado no momento do minicurso, também veiculado no mesmo canal – a Folha de São Paulo –, que se coloca em uma posição de “neutralidade” em relação à polêmica pública sobre o uso da linguagem neutra. Neste exemplar de texto, ao fim dele, pode-se notar o e-mail do grupo editorial da Folha de São Paulo. Nesse sentido, tomaremos esse texto como sendo de viés editorial e carregando o posicionamento da Folha sobre a

polêmica instaurada em esfera pública. Cabe ressaltar que também foi acessado, no dia 24 de outubro de 2023, pelos mesmos *strings* de busca anteriormente mencionados, o que nos levou à sua seleção para composição do material utilizado no minicurso ministrado.

O texto em questão é mais curto que o anterior e utiliza de justificativas semelhantes para o estabelecimento de posicionamento em relação à temática polêmica. No primeiro parágrafo, é feita uma contextualização referente a outros temas polêmicos e controversos, a saber: aborto, legalização/descriminalização do uso de drogas, sexualidade, que atravessam a esfera política mundial e que, especialmente, a partir de dispositivos ideológicos pautados num fundamentalismo, ora religioso ora patriótico, e concomitantemente, o Brasil tem sido palco onde tais polêmica têm se instalado e ganhado força, especialmente nas mídias sociais.

Durante o segundo parágrafo, a mesma informação referente ao percentual de pessoas que se identificam na condição de não-binárias, divulgada pela *Nature Research Journals*, é retomada e, mais uma vez, com a mesma característica de atribuir juízo de valor de irrelevância em relação ao uso desse tipo de neolinguagem devido ao percentual ínfimo de sujeitos que se beneficiaram por meio da visibilidade de tal mudança. O trecho, disposto no Quadro 4, apresenta esse enunciado semelhante ao texto 1, que também fora utilizado para análise no momento de oferta do minicurso.

Quadro 4: Fragmento 1: Justificativa do artigo O gênero da linguagem.

Uma delas é a linguagem neutra, que propõe mudanças na língua para incluir pessoas não binárias, que não se identificam com o gênero feminino ou masculino —e segundo estudo publicado na *Nature*, constituem cerca de 1,2% da população no Brasil e de 2% no mundo.

Fonte: Folha de São Paulo, 20 de fevereiro de 2023.

No terceiro parágrafo, é novamente feita uma breve explicação sobre o uso de tal linguagem e, ao mesmo tempo, exemplifica-se o sistema *ile/dile*, ao passo em que é reiterada a abordagem a respeito da decisão do STF em relação à lei que visou a proibir o uso da linguagem neutra em escolas em Rondônia (RO), na Região Norte brasileira, sendo que, dessa vez, com o complemento com a justificativa da decisão do STF. Tal movimento retórico leva a um argumento (*logos*) pautado na credencial de uma autoridade ou de um órgão que emana a promoção de tal força argumentativa, nos dizeres de Cavalcanti (2016).

Quadro 5: Fragmento 2: Justificativa do artigo O gênero da linguagem.

A Corte entendeu, corretamente, que a lei estadual viola competências da União. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, federal, estipula regras sobre currículos, conteúdos programáticos, metodologia de ensino e atividade docente.

Fonte: Folha de São Paulo, 20 de fevereiro de 2023.

Os dois trechos extraídos do segundo artigo de opinião, respectivamente dispostos nos Quadros 6 e 7, no qual não há identificação quanto à autoria, apresentam a concordância com tal ação tomada pelo STF, tendo como pressuposto a língua como uma manifestação cultural e, mais que isso, não cabe ao Estado regular a forma como os indivíduos se comunicam em seu cotidiano e que isso é válido para os demais tipos de linguagem, que emergem a partir de reivindicações de grupos sociais que, especialmente, não se filiam ao masculino genérico, tão condecorado na gramática normativa da Língua Portuguesa.

Quadro 6: Fragmento 3:Justificativa do artigo O gênero da linguagem.

Em relação à sintaxe (a concordância entre as palavras), mudanças são raras, pois afetam a estrutura da língua - caso da linguagem neutra. Na frase "todas as vítimas morreram", a troca para "todes" exige a criação do artigo "es". Já o termo "vítima" termina em "a", mas não se refere apenas a pessoas do gênero feminino; deveria ou não ser trocado por "vítimes"?

Fonte: Folha de São Paulo, 20 de fevereiro de 2023.

Nesse fragmento, como podemos observar, é novamente retomada a ideia de ser preciso uma modificação profunda da estrutura linguística do português para que seja então possível a implementação da linguagem não-binária. Razão pela qual é utilizada para, assim como no texto anterior, dialogar com a realidade educacional carente de políticas linguísticas mais efetivas e que se desvirtuam das múltiplas formas de apresentação de língua(gem) por grupos sociais invisibilizados. Tal argumentação é utilizada como mais uma forma de acentuar paradigmas linguísticos pautados na exclusão e, por conseguinte, no enaltecimento da norma culta-padrão, tendo um *ethos* que se projeta superior, uma vez que, na relação com o seu *pathos* (auditório amplo ao qual se dirige), em grande medida, composto por leitores assíduos do canal de grande circulação brasileira e defensores dessa norma, intenciona angariar a adesão ao ponto de vista apresentado em detrimento, nessa perspectiva, dos pífios números divulgados em habilidades de leitura e de escrita.

Quadro 7: Fragmento 4: Justificativa do artigo O gênero da linguagem

Diferentes identidades sexuais e de gênero merecem respeito, e pessoas que as manifestam têm direitos que devem ser garantidos como para qualquer cidadão. A diversidade é um valor democrático.
Mas pode-se questionar se, num país em que quase metade dos jovens tem dificuldade para interpretar textos, mexer profundamente na língua seria estratégia de fato eficaz contra o preconceito.

Fonte: Folha de São Paulo, 20 de fevereiro de 2023.

Mais especificamente, no trecho disposto no Quadro 7, há uma retomada da língua condicionada e oriunda das manifestações culturais e que, por seu turno, é, mais uma vez, colocada em cena sob o ideal de que ela é suscetível a mudanças e modificações devido a rupturas e novas ideologias circulantes. A ressalva é que, tal feito, pode vir a comprometer falantes (jovens) na consolidação da língua(gem), numa perspectiva ainda normativa, uma vez que, em detrimento do processo por que passam, tal abertura pode somar preconceitos linguísticos de outras ordens com tal chancela.

Como se pode perceber, nos trechos analisados extraídos dos artigos de opinião de que fizemos uso nos momentos destinados à oferta do minicurso, tanto no primeiro quanto no segundo texto, a polêmica instalada gira em torno da legitimidade do uso da linguagem neutra em detrimento da legitimidade estabelecida pelo masculino genérico. Paralelamente, mesmo que não se apresente a persuasão tal contundentemente no segundo texto, a argumentação leva ao entendimento que, a despeito de serem compreendidas tais manifestações como linguístico-culturais, os alarmantes números que têm sido divulgados, pautados no desempenho de jovens brasileiros, nos moldes das avaliações externas, a exemplo do PISA⁶, intencionam persuadir o auditório a fazer uma adesão em razão da elevação desse quadro, que se mostra, nessa perspectiva, problemático e necessário de ações intervencionistas de preservação da Língua Portuguesa nos moldes linguístico-gramaticalmente normativos.

Considerações, que não se tenham como finais

Este artigo cumpre o desiderato de, por meio de uma experiência vivenciada a partir da oferta de um minicurso, promover o debate, inscrito em um dos motes da LAQ, tendo em conta a necessidade de tal temática ser difundida entre os/as estudiosos/as de língua(gem) a partir, sobretudo, de dados advindos do contato com sujeitos em contextos formativos distintos, que, neste caso, são de uma Instituição de Ensino Superior, localizada no Nordeste brasileiro. Esse contexto *per se* carrega uma herança colonista que, entre seus desdobramentos, guarda e ressoam aspectos ligados ao machismo, sexismo, preconceito linguístico, entre outros.

⁶- Do inglês *Programme for International Student Assessment*.

Cabe reiterar, com isso, que o minicurso ocorreu no contexto de um evento voltado ao público de graduandos/as em Letras-Português, tanto da modalidade presencial quanto da Educação a Distância (EaD) do Ifal, além daqueles/as de outras IES que se fizeram presentes on-line no momento dessa oferta. O VIII Colóquio de Letras e Linguística do *Campus* Maceió do Ifal, realizado em dezembro de 2023, teve como enfoque a formação de professores/as com vistas à decolonialidade na prática docente. Foi nesse contexto que nos dispusemos a colaborar para a ampliação da discussão por meio de, ainda que de forma incipiente por nossa parte, contribuições que têm aflorado na Linguística Aplicada Queer/Cu-ir, por meio da qual, segundo Moita Lopes (2022, p.30), “qualquer sentido de normalização, biologização e essencialização atribuídos aos corpos é impossibilitado.”

Pertinentemente, por ser um elemento estranho aos discursos cisheteronormativos, que regulamentam nossos corpos e discursos, é que a linguagem não-binária instaura tamanha polêmica no âmbito social e, ante isso, que nos sentimos constantemente provocados a promovê-la em debates acadêmicos. Estabelecer reflexões sobre essa polêmica pública e os discursos circulantes em torno dela que, em grande monta, revestem-se de uma visão estrita e, portanto, exclusivamente estrutural da língua(gem), é que se faz essencial entender como práticas docentes contribuem para a circulação, ou apagamento, desses discursos hegemônicos.

Este texto, de modo algum, não teve (tem) a pretensão de esgotar as discussões acerca da temática em foco. Por isso que as considerações apresentadas não devem ser entendidas como finais. Ocorre que, de modo amplo, as discussões promovidas neste texto, a partir do contato com um grupo de participantes de um minicurso, que são professores/as em formação inicial, abrem espaço para reflexões cuja tônica permeie o uso da língua(gem) e quem está autorizado/a a transgredi-la. Ademais, convém destacar que a presente pauta, contando com os seus entornos, é preñe de dicotomias, principalmente em razão daquelas/es que defendem a língua como uma estrutura que é impermeável, logo, engessada/rígida.

Tais discussões, como vimos a fazer, concentram-se exclusivamente num caráter estrito de língua(gem), desconsiderando os seus usos e, mais que isso, os/as falantes autorizados/as (ou não), tendo como base argumentos para se contrapor a impossibilidade de existência de outras flexões, além daquelas contempladas pelo binarismo masculino X feminino, para as desinências de gênero, em vocábulos da Língua Portuguesa.

Filiados à LAQ, entendemos que a Língua somente existe porque existimos e que ela é exercitada constantemente em meio às nossas interações sociodiscursivas. Por isso, é que

fatores externos mobilizam modificações na língua(gem) e, por extensão, adotam-se aderências e fissuras. Esses fatores externos são condicionantes para que a língua, não somente do ponto de vista estrutural, renove-se constantemente, mas quanto ao seu uso, principalmente, pois implica reconhecer que as/os falantes e suas reivindicações político-identitárias e linguístico-discursivas também fazem parte dessa rede de construção das formas de inter-agir.

Quanto à postura resistente a diálogos sobre variações não-convencionais que envolvem os tipos de linguagem, anunciamos problematizações para as quais devemos nos atentar, como a filiação político-ideológica que os sujeitos assumem nesses debates, bem como o nível de conhecimento que estes possuem acerca da temática (o nível de familiarização com o assunto), em especial, no gênero artigo de opinião, cujo lugar da polêmica está instalado e compete, por meio de ações como a que desenvolvemos, promover espaços de debate em prol da re-existência de outros modos de falar, de dizer, de persuadir, de dialogar.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso** – a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2013.
- AMOSSY, Ruth. **Apologia da Polêmica**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando "o pó das ideias simples"**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail (V.N. Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1981[1979].
- BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, agosto. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016> Acesso em: 14 jan.2024.
- BENTO, Berenice. **TRANSVIAD@S: gênero sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.
- BORBA, Rodrigo. Falantxs Transviadx: Linguística Queer e performatividades monstruosas. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 388–409, 2020. DOI: 10.26512/les.v21i2.35211. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/35211>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990 [2003].

CAVALCANTI, Ricardo Jorge de Sousa. **Análise textual-argumentativa de processos de retextualização**: um cotejo entre a produção oral e escrita de alunos do curso médio técnico e alunos do proeja ensino médio. 2016. 320 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação em Letras e Linguísticas, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016. Disponível: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1361>. Acesso em: 18 fev. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999 [1975].

GUSMÃO, Roney. Entre a performance e a performatividade: (Re)visitando o gênero pelo campo da memória. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 316–340, 2022. DOI: 10.9771/cgd.v8i2.48508. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/48508>. Acesso em: 18 fev. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/35505>. Acesso em: 16 jan. 2024.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2022.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. **Minicurso ministrado no II Encontro Nacional de Linguística Aplicada (ENALA)**. Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 29 de setembro de 2023.